



PORTARIA Nº 0380/2021/GP/TCMPA

EMENTA: ESTABELECE NOVAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), FIXADAS NOS TERMOS DAS PORTARIAS ADMINISTRATIVAS Nº 0255/2021/TCMPA, 338/2021/GP/TCMPA E 362/2021/GP/TCMPA, COM PERMISSIVO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2020/TCMPA.

A **PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 2º, inciso II, da **LC nº 109/2016** c/c art. 82, incisos I, VII, XX, XXVIII e XXXVI do **Regimento Interno** do TCM PA (Ato 23), e;

CONSIDERANDO e ratificando os fundamentos das **Portarias nº 0255/2021/TCMPA**, nº **338/2021/GP/TCMPA** e nº **362/2021/GP/TCMPA**, sob as quais são estabelecidas medidas administrativas de mitigação dos riscos de contaminação pelo “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no âmbito deste Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO as informações estabelecidas pelo Governo do Estado do Pará, em conjunto com os Prefeitos Municipais da Região Metropolitana de Belém, em 02/03/2021 e 09/03/2021, com fixação de novo *bandeiramento*, elevando o risco de disseminação da pandemia na citada região e, em especial, na cidade de Belém, em virtude do aumento expressivo do número de casos e de internações hospitalares;

CONSIDERANDO a fixação de novas medidas, em virtude do agravamento da crise na saúde, aportados junto à reedição do **Decreto Estadual nº 800/2020**, publicado em 03/03/2021, junto à Edição Extra do Diário Oficial do Estado do Pará e a ampliação das mesmas, junto à Edição do mesmo DOE/PA, de 10/03/2021;



CONSIDERANDO as medidas adotadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará (**Portaria nº 1003/2021-GP**, de 03/03/21); pelo Ministério Público do Estado do Pará (**Portaria nº 541/2021-MP/PGJ**); pela Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região (**Portaria-PRT/8ª Região nº 29/2021**) e, ainda, pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (**Portaria nº 36.883/2021**), sem prejuízo de novas medidas que estão sendo debatidas nesta data de 11/03/2021;

CONSIDERANDO a competência estabelecida à Presidência do TCMPA, nos termos do artigo 14, da **Resolução Administrativa nº 15/2020/TCMPA** destinado à fixação de novas medidas administrativas destinadas ao enfrentamento da pandemia, no âmbito desta Corte de Contas.

CONSIDERANDO os números alarmantes de aumento do número de casos confirmados de contaminação e óbitos por COVID, em todo o país, o qual vem gerando números recordes sequenciais, nos últimos dias, perfazendo, em 10/03/2021, um total de 2.349 (duas mil, trezentos e quarenta e nove) vidas perdidas, em 24h, no Brasil, segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa;

CONSIDERANDO, por fim, o dever primeiro e maior desta Presidência, em zelar pela saúde e integridade física de seus Membros, servidores, colaboradores, jurisdicionados e, mesmo, por terceiros que diariamente buscam este Tribunal de Contas, para auxílio no âmbito de suas competências privativas.

RESOLVE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL E DE URGÊNCIA, ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO E SEM PREJUÍZO DE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO QUADRO DE PANDEMIA MUNDIAL:

Art. 1º. O Regime de Plantão Especial, estabelecido na **Portaria nº 0255/2021/PRES/TCMPA**, com as alterações fixadas pela **Portaria nº 338/2021/GP/TCMPA** e **Portaria nº 362/2021/GP/TCMPA**, passará a vigorar, durante o período de 13/03/2021 a 21/03/2021, quanto ao desempenho presencial de atividades por seus servidores, estagiários e colaboradores, nos seguintes termos:



I – De segunda-feira a sexta-feira, de 9h às 13h, com o desempenho de atividades presenciais na sede deste TCMPA, exclusivamente, pelas Chefias Imediatas, a seguir nominadas:

- a)** Controladores e Controladores-Adjuntos;
- b)** Diretores e Diretores-Adjuntos;
- c)** Secretário-Geral e Secretário-Adjunto;
- d)** Chefes de Núcleos;
- e)** Chefias de Divisões;
- f)** Chefias de Gabinete;
- g)** Coordenadores;

II – Fica vedado o desempenho de atividades presenciais dos demais servidores do TCMPA, não referenciados no inciso I, os quais deverão desempenhar suas atividades em regime de teletrabalho.

III – Fica vedado o desempenho de atividades presenciais dos estagiários do TCMPA, os quais deverão desempenhar suas atividades em regime de teletrabalho.

§ 1º. É facultado aos Controladores, Diretores e Secretário Geral estabelecer regime de revezamento com os respectivos Adjuntos.

§ 2º. Nos serviços auxiliares que não comportem subchefias ou adjuntos, na impossibilidade de comparecimento da Chefia Imediata, poderá ser destacado servidor do mesmo setor, que não se enquadre dentro do nominado “grupo de risco”, para atuação presencial.

§ 3º. É facultado, ainda, às Chefias Imediatas das Diretorias que comportem divisões ou coordenações, estabelecer regime de revezamento entre os responsáveis das unidades departamentalizadas, desde que não comportem risco de funcionamento das atividades mínimas.

§ 4º. Por necessidade de serviço, a critério das respectivas Chefias Imediatas, os servidores do TCMPA poderão ser convocados a comparecer à sede do Tribunal, em dia e horário previamente estabelecido, mediante comunicação prévia e justificada da situação à Presidência.



§ 5º. Compete às Chefias Imediatas coordenar e fiscalizar o efetivo funcionamento do regime de teletrabalho, adotando-se as providências necessárias junto à Diretoria de Tecnologia da Informação, para implementação de acesso remoto dos arquivos e sistemas do TCM-PA, via “FortClient VPN”.

Art. 2º. Durante o período estabelecido no *caput* do art. 1º, desta Portaria, ficará expressamente vedada a entrada dos servidores que não estejam desempenhando atribuições presenciais, bem como dos estagiários, na sede deste TCM-PA.

§ 1º. As Chefias Imediatas encaminharão à Diretoria Administrativa, via e-mail (dad@tcm.pa.gov.br), a relação nominal dos responsáveis e, quando for o caso, dos servidores autorizados a ingressar na sede do TCM-PA, até a data de 13/03/2021 ou, imediatamente, em caso de alteração.

§ 2º. Os Conselheiros e Conselheiros-Substitutos informarão, até a data de 13/03/2021, a relação dos servidores de Gabinete, autorizados a ingressar na sede do TCM-PA, observadas as demais prescrições desta Portaria e, limitando-se, ao número máximo de 03 (três) servidores.

§ 3º. As relações nominais previstas nos §§ 1º e 2º, deste artigo serão consolidadas pela DAD e disponibilizadas nos acessos do Tribunal, para fins de controle e vedação de ingresso dos que não estejam autorizados, por intermédio da segurança interna.

Art. 3º. Os serviços prestados pelo Espaço Vida do TCM-PA ficarão limitados à avaliação de ingresso de servidores e atendimento de urgência, restando suspensos os demais atendimentos eletivos e de rotina.

§ 1º. Ordem Interna de Serviço, a ser expedida pela Diretoria de Gestão de Pessoas, disciplinará o regime de revezamento, sobreaviso e/ou plantão, dos servidores da área da saúde, inclusive quanto à prestação de serviços em sistema remoto.

§ 2º. A avaliação de ingresso dos servidores, na recepção do TCM-PA, será mantida de forma ininterrupta, durante o horário especial de funcionamento interno, destacadamente, das 09h às 13h.



Art. 5º. Fica delegado à Diretoria Administrativa, mediante emissão de Ordem de Serviço, adotar tratativas com as empresas terceirizadas e com o restaurante do TCM PA, quanto à readequação dos serviços, em virtude da redução de circulação de pessoas, na sede do Tribunal.

Art. 6º. Ficam expressamente ratificadas as disposições consignadas nos artigos 4º, 5º e 6º, da **Portaria nº 362/2021/GP/TCMPA**, quanto à suspensão de prazos, no âmbito do TCM PA.

Art. 7º. Ficam suspensas, durante o período de 13/03/2021 a 21/03/2021, as disposições consignadas na **Portaria nº 0255/2021/PRES/TCMPA**, com as alterações fixadas pela **Portaria nº 338/2021/GP/TCMPA** e **Portaria nº 362/2021/GP/TCMPA**, que conflitem com o estabelecido pela presente Portaria.

Art. 8º. As situações não previstas nos termos dos artigos 2º e 3º e/ou excepcionais, serão resolvidas pela Presidência, por intermédio da Diretoria Administrativa e da Chefia de Gabinete da Presidência.

Art. 9º. Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do TCM PA.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação junto ao DOE/TCMPA.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 11 de março de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Presidente do TCM PA